

Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia¹

Mark Harris

University of St Andrews

RESUMO: Esse artigo considera o nascimento de um território ameríndio complexo no Baixo Amazonas no final do século xvii. Esse território, identificado pela região dos rios Madeira/Tapajós, pode ser vista como uma zona tribal, fora do contato direto com a sociedade colonial, entretanto conectada a ela. A guerra entre os Tapajó (costa sul, ao redor da foz do rio Tapajós) e os Aruaque (costa norte, ao redor do lago Saracá), que já ocorria durante grande parte do século dezessete, chegou a um ápice no início de 1660. Com envolvimento europeu, a guerra acabou gerando consequências para o potencial coletivo de ambas partes, que ficou muito reduzido. Considerando as relações de alianças e combates, esse artigo confronta as transformações internas e externas no Baixo Amazonas, focando na nação tapajó. Será que esses grandes povos se dividiram em etnias diferentes, ou se reagruparam na zona tribal, ou ainda, será que diminuíram e perderam poder?

PALAVRAS-CHAVE: Zona tribal, etnogênese, etno-história, Tapajó, Aruaques, Arawak.

Durante a guerra da Cabanagem no final dos anos 1830, os coletivos indígenas considerados rebeldes tornaram-se famosos pelo conhecimento superior que detinham sobre o território do Baixo Amazonas. Eles eram capazes de conduzir seus ataques sem o temor de serem perseguidos e descobertos em seus esconderijos ao longo da rede labiríntica de rios

e pelas trilhas florestais. O exército imperial não era capaz de derrotá-los. Em 1839, contudo, os chamados rebeldes haviam sido limitados à região ao sul do rio Amazonas, entre os rios Tapajós e Madeira. Em vez de continuar uma guerra inútil, a Regência recomendou que o novo Imperador proclamado, Pedro II, declarasse uma anistia em 1840 – que, de fato, aconteceu.²

Essas observações sobre o conhecimento dos coletivos indígenas considerados rebeldes acerca do ambiente introduzem a ideia de uma área fora do controle governamental direto. A área era conhecida como *o mato*, a floresta, pelos forasteiros. Do início da Conquista à Cabanagem (por volta de 1600 a 1840), há numerosas referências a essa área na documentação. Era o local de onde os índios vinham, para onde escapavam e onde as expedições escravistas desapareciam por muitos meses a fio (Roller, 2014). Os administradores das vilas e os soldados usavam o mato para falar de um lugar misterioso e exasperante, que estava além de seu alcance e compreensão. Era a terra dos bárbaros selvagens. Para os índios, que pareciam caminhar livremente entre a aldeia, o rio e a floresta, o mato evidentemente possuía um significado distinto. Autores vieram a conhecer essa esfera como a “zona tribal”, definida como “uma área afetada pela proximidade do Estado, mas que não estava sob a administração estatal” (Ferguson e Whitehead, 2000: 3).³

Imaginamos a floresta como um lugar de acampamentos temporários. Talvez o fosse em certos casos, como no dos rebeldes cabanos, mas em muitos outros era o centro da vida ameríndia. Havia aldeias de malocas, construções rituais, fortificações de defesa, jardins e canais irrigados. Dentro dela havia também todo tipo de tráfego, humano e material, alguns moldados em parte por atividades coloniais. Portanto, a “floresta” era, de fato, o reino de uma miríade de etnicidades ameríndias conectadas por alianças, comércio, guerra e parentesco - e, durante

a Cabanagem, os rebeldes viam-se como seus defensores. Havia neste momento uma conexão íntima e profunda entre pessoas e territórios.

Neste trabalho, gostaria de me ater à criação dessa zona tribal na região do Tapajós e do Madeira, que faz parte do Baixo Amazonas e está localizada aproximadamente entre Manaus e Santarém – e cuja parte mais setentrional esteve ocupada pelos rebeldes ao final da Cabanagem. Para tanto, meu foco recairá sobre o final do século XVII e as dinâmicas regionais em mudança entre as nações ameríndias. Os dois maiores grupos nessa época, os Tapajó, na margem direita do rio Amazonas, e os Aruaque, na margem esquerda, estiveram envolvidos em guerras após a Conquista. O fim das hostilidades permitiu que os colonizadores portugueses e diversas ordens missionárias estabelecessem uma rede frágil de aldeamentos nas margens do rio principal. Isso também deslocou os ameríndios que queriam manter alguma forma coletiva de organização para longe dessas áreas, rumo ao interior da floresta e ao longo dos rios afluentes, a montante (Porto, 1992). Temos a formação da zona tribal dessa época. Entretanto, não se tratava de uma esfera estática e uniforme feita de sentimentos anticoloniais. Ela possuía sua própria dinâmica e suas próprias disputas entre os grupos étnicos e seus líderes. No Baixo Amazonas, especialmente no rio Tapajós, seu significado histórico é importante no período de 1660 a 1840. Com o fim da Cabanagem em meados do século XIX, o alcance político dos habitantes dessa região diminuiu, conforme a fronteira entre o controle imperial e o mundo ameríndio tornava-se mais dura e mais policiada.

Dada a carência de fontes documentais sobre essa zona tribal, alguns aspectos deste artigo são de ordem especulativa e inicial. Tudo o que temos são cartas e relatos de forasteiros; alguns em português, outros em latim e italiano. Apesar dos autores desses documentos não terem sido simpatizantes da vida na floresta, eles talvez fossem em

relação às pessoas. Alguns de seus relatos de fato deixaram indícios do que ocorria ali para além do mundo colonial. Procurei encontrar um caminho que unisse os vestígios de forma a reconstruir essas histórias ameríndias. Os vestígios talvez possam existir também nas tradições orais e em formas implícitas de memórias e habilidades, assim como em objetos materiais, como a cerâmica, e itens rituais, como as pedras verdes do muiraquitã. Eles também podem estar presentes na paisagem das terras pretas ou em outros aspectos ecológicos, como a distribuição das árvores frutíferas. Contudo, este artigo não integra a análise desses outros traços a seu argumento.

O trabalho de Neil Whitehead que enquadrou os aspectos metodológicos e teóricos das zonas tribais no norte da América do Sul foi de grande ajuda (2000) na reflexão que aqui se desenvolve. Em particular, sua atenção aos tipos diferentes de contato que cada nação ameríndia teve com as potências europeias nos ajuda a desmontar uma visão dualista da Conquista – que opõe vencedores e vencidos. Comércio, migrações, escravidão, guerras e doenças afetaram os grupos de várias maneiras, dependendo de uma multiplicidade de fatores, como, por exemplo, suas próprias relações internas e o sucesso na formação de alianças. Tanto a defesa bem sucedida de um grupo, como sua queda eram partes de uma teia de ligações (*web of linkages*) que tinha consequências. Por exemplo, a repetida captura de escravos por um grupo ameríndio tendo em vista o comércio com os portugueses teria impacto sobre todos os atores envolvidos, mas talvez apenas temporariamente. Em outras palavras, a cronologia de eventos para um grupo deve ser contextualizada diante dos eventos de outros grupos, que se tornam, em consequência, mais poderosos e mais fortes. Isso é exatamente o que aconteceu, segundo minha argumentação, com as nações mundurucu e maué no século XVIII. Whitehead descreve bem esse processo histórico:

O fracasso em considerar as reorientações políticas e ideológicas dos índios explica em parte, então, a maneira pela qual etnografias contemporâneas são vistas como implicitamente históricas – pois considera-se que tais etnografias descrevam o estado ou estágio de evolução social que tais grupos alcançaram, em vez de sua circunstância histórica conquistada. Deste modo, a unilinearidade da mudança histórica para os ameríndios pode ser vista como uma falsa premissa analítica, já que chefaturas poderosas do século XVI, como os Guayano, Tapajó ou Manoa estavam reduzidas praticamente a bandos no século XVIII, enquanto formações étnicas marginais do século XVI, como os Aruan, os Mundurucu, os Karib, produziram chefaturas regionalmente dominantes nos séculos XVIII e XIX (Whitehead, 2000: 287).

Apesar das referências interessantes feitas aos dois grupos focados por este artigo, a atenção de Whitehead recai sobre a generalidade da situação. Para a história específica do Baixo Amazonas, nós podemos nos voltar à obra do pioneiro etno-historiador, Miguel Menendez, que realizou pesquisas na região do Tapajós/Madeira, descrevendo-a como uma imensa zona de contato intertribal (1992). Menendez mostrou que a região é constituída por uma série de relações interétnicas fortemente amarradas, algumas belicosas, outras baseadas em comércio, celebrações rituais coletivas e casamentos (Menendez, 1981/2: 347). Suas fontes foram os relatos publicados – mas sua morte inoportuna impediu sua busca por documentos inéditos. Neste artigo, pretendo desenvolver seu trabalho, mas minha ambição está limitada temporalmente a um período crítico do final do século XVII. Além disso, estendo a criação da zona tribal no Tapajós/Madeira à margem oposta do rio, ao norte, e à área aruaque na região do lago Saracá e do rio Aniba.

As políticas ribeirinhas antes da Conquista

Para dar início ao foco principal deste artigo é necessário alguma contextualização das sociedades que ocuparam o Baixo Amazonas. Dadas as limitações de espaço, esta discussão está orientada no sentido da natureza multiétnica e linguística da região antes da Conquista. Isso nos ajudará a nos afastar da falsa impressão de que as sociedades da região tenham sido em algum momento monolínguas, restritas no espaço e de pequena escala. Há evidências claras a partir de pesquisas arqueológicas recentes que “algumas áreas abrigaram comunidades políticas regionais densamente povoadas, altamente produtivas e poderosas” (Heckenberger et al., 2007: 198). Além disso,

grupos indígenas locais estavam regionalmente integrados em redes multiétnicas, que incluíam a produção especializada, trocas, boa mobilização para guerra e adensamentos periódicos em formações sociais hierarquizadas, de tipo chefatura. Essas formações sociais eram multilínguas, com padronização da cultura material gerada por redes de trocas – embora elas tenham em alguns momentos desenvolvido línguas francas ou pidgins. É provável que várias das formações sociais amazônicas, nos quinhentos anos que precederam a conquista europeia, possuíam esse padrão estrutural geral (Neves, 2011: 32).

Em outras palavras, seria imprudente afirmar que um grupo falasse uma única língua ou que um estilo particular de cerâmica definisse uma identidade étnica. Apesar disso, as línguas mais prováveis de estarem presentes na área do Baixo Amazonas antes da Conquista devem ter sido o tupi-guarani, o karib e o arawak. Além do mais, há evidência de cerâmicas relacionadas a cada um desses povos nessa região.

Uma das maiores formações políticas regionais ao longo do rio em 1500 tinha como centro a foz do Tapajós, ou seus arredores (Porro,

1994; Roosevelt, 1999; Schaan, 2013). Foram encontradas nesse local características associadas às diásporas Arawak e Karib – o que se encaixa bem com relações de trocas a longas distâncias (Boomert, 1987). A cerâmica característica de Santarém não foi descoberta para além de cem quilômetros a montante no rio Tapajós, mas foi localizada na foz do rio Amazonas a leste; a montante no rio Madeira a oeste; e, ao norte, na margem esquerda do Amazonas, a montante no rio Trombetas e até a costa caribenha (Hilbert, 1968; Boomert, 1987; Nimuendaju, 2004; Hornborg e Hill, 2011; Schaan, 2013). Isso sugere que a comunidade política do Tapajós estava orientada ao norte como sua principal rota de relações comerciais. Os diferentes estilos de cerâmica indicam a pluralidade da comunidade do Tapajós, onde diferentes línguas e práticas se misturavam (Cavalcante Gomes, 2002; Schaan, 2013). Schaan (2013: 138-9) sugeriu que o povo Tapajó era o centro de uma formação política que pode ter sido Arawak e incluía a área ao norte nos rios Trombetas e Nhamundá.

Escavações em Santarém e nos arredores forneceram evidências de que a origem da comunidade política do Tapajós se situa por volta do século v. Ela floresceu nos séculos xiv e xv (de acordo com a datação por radiocarbono realizada por Roosevelt, 1999: 23). Deste modo, se esses dados forem precisos, os Tapajó estavam em declínio antes da Conquista. Não há evidências das razões dessa decadência. Pode ter ocorrido devido à expansão tupi-guarani vinda do oeste e do rio Madeira, o que explicaria o motivo pelo qual os Tapajó estavam em pé de guerra durante o período da Conquista.

Ainda assim, a localização ribeirinha da comunidade política Tapajó, em meio a muitas outras, sugere uma característica mais comercial do que militar. Embora ribanceiras ao longo do rio possam ter possibilitado capacidades defensivas, elas eram vulneráveis de forma que os povoamentos munidos de paliçadas dos povos tupi não eram. Ou seja, é

muito provável que a multiétnicidade e o plurilinguismo dessa formação política tenha se baseado antes em seu predomínio como um povo ligado ao comércio do que em seu poderio militar.

Nós podemos tomar como satisfatória a conclusão em aberto feita por Heckenberger sobre a identidade das sociedades ribeirinhas no período anterior à Conquista: “um mosaico de sociedades e paisagens flutuantes com grande variabilidade, hibridismo e oportunismo” (2008: 958). Da mesma maneira que qualquer formação social regional, elas resultaram de uma combinação de relações de curta e longa distância e de tradições novas e antigas. Embora a região apresentasse um híbrido de grupos em interação, nós podemos acompanhar as evidências arqueológicas e especular que os limites do complexo Tapajó eram interrompidos ao sul e a oeste, onde as sociedades tupi-guarani se tornaram presentes em algum momento antes de 1500. A leste, as fronteiras chegavam à cultura marajó na foz do Amazonas e estavam ameaçadas pelos Tupinambá, que, na época da Conquista, estavam se movendo a montante.

Antes da chegada dos europeus, haviam redes de trocas a longas distâncias partindo do Baixo Amazonas e cujo eixo ia de norte a sul, seguindo rios e provavelmente trilhas florestais. As redes que seguiam o eixo de leste a oeste eram mais limitadas. O que as florestas ou as áreas interfluviais significavam para essas pessoas não está claro, além de terem sido fontes de subsistência. Talvez houvesse grupos menores com os quais eram trocados itens e alianças eram feitas por meio de casamentos, entre outros. O que sabemos ao certo é que as redes regionais foram interrompidas no século XVI e os territórios ameríndios e seus meios de comunicação foram transformados, na medida em que novas fronteiras foram estabelecidas.

Sistemas regionais, cerca de 1660 – 1680

Com a expulsão dos holandeses e ingleses por volta da década de 1620 das margens do Baixo Amazonas, os portugueses buscavam subir o rio a partir de Belém (Edmundson, 1903; Lorimer, 1989). Seu maior interesse estava na captura de escravos para trabalhar nas fazendas de Belém e São Luís. Uma das primeiras expedições documentadas foi realizada pelo Capitão Aires de Sousa Chichorro, um jovem soldado português que na época que já havia comandado uma série de campanhas contra os ameríndios na área em torno de Santo Antônio de Gurupá, um forte português⁴. Essas campanhas também foram de pacificação.

Uma dessas expedições foi comandada pelo Capitão-mor do Pará, Bento Maciel Parente, cujo objetivo foi punir um grupo chamado de Tapuiçu, acusado de ter matado alguns índios cristãos, inclusive um intérprete. Chichorro, e que saiu de Belém em meados da década de 1620 com algumas canoas, conseguindo recrutar diversos soldados nativos (de origem não especificada) no caminho. Ele deu o comando dessa força a Antônio Teixeira de Melo, um sargento que servia no forte de Gurupá. O ataque foi lançado de lá, mas não há detalhes a respeito. Sobre os Tapuiçu, afirmava-se que eram perigosos, porque usavam “setas ervadas” (flechas venenosas), uma possível conexão com os Tapajó rio acima, entretanto elas também eram usadas por outros grupos. Depois do ataque, os Tapuiçu deram início a relações amistosas com os portugueses. Não está claro exatamente onde este grupo habitava, mas Chichorro afirmou que esses índios ocupavam uma área entre os rios Tocantins e Xingu (veja também Heriarte, 1847: 29 [original de 1662], que lista um povo chamado Tapuia nessa área).⁵

Mais ou menos um ano depois, os Tapuiçu comandavam uma expedição de captura de escravos rio acima. Outro soldado português, Pedro Teixeira, que se tornaria um bom conhecedor do vale, juntamente

com um frade franciscano foram enviados para conseguir mais escravos ao longo do rio Amazonas (Berredo, 1988: 151 [parágrafo 563, original de 1749]). Chegando a uma de suas aldeias no Amazonas no final de 1626, Teixeira foi aconselhado pelos Tapuiçu a ir ao rio Tapajós, onde “comerciavam eles com uma nação muito populosa, que tomava o nome deste mesmo rio” (Berredo, 1988: 151 [parágrafo 563, original de 1749]). No caminho vindo de Belém, eles conseguiram recrutar um grande número de índios para ajudá-los na campanha. Assim que Teixeira e seu grupo misto de soldados e índios chegaram às águas do Tapajós, eles encontraram seus “Tapuia”, que haviam sido advertidos por seus amigos, os Tapuiçu, da visita iminente. Advertidos significa preparados. Porém, os portugueses estavam receosos de serem traídos e se prepararam para chegar com cuidado. Logo, ambos os grupos relaxaram e deram início a um diálogo amistoso. Após alguns dias, os invasores retornaram a jusante satisfeitos com suas descobertas, mas de mãos vazias, com exceção de algumas “galantes esteiras” (esteiras tecidas?). Os Tapajó não queriam entregar nenhum escravo, “porque os Tapajós (sic) os estimam, de sorte que raras vezes chegam a consentir nesta qualidade de permutações” (Berredo, 1988: 151 [parágrafo 563, original de 1749]). Em outras palavras, os portugueses haviam falhado em seu objetivo de capturar escravos. Em vez disso, aceitaram que os Tapajó não queriam fazer comércio com eles e deixaram os índios em paz. Se Teixeira ficou deslumbrado por ter encontrado uma nação amistosa ou se temeu represálias, caso tivesse levado escravos sem o consentimento dos Tapajó, nós não sabemos. A natureza do retorno indica que a nação tapajó era poderosa e significativa o bastante para que Teixeira percebesse que seu interesse estava em mantê-los como aliados. Talvez os Tapajó tivessem interesse em usar os cativos em rituais de iniciação de guerreiros, que são mencionados como um costume geral dos povos que viviam no Amazonas naquele período (por exemplo, Bettendorff, 1990). De modo

alternativo, eles talvez cultivassem outros tipos de relações sociais, como, por exemplo, a adoção de estrangeiros como parentes.⁶

Esse episódio revela dois temas pertinentes a este artigo. O primeiro refere-se à natureza da conexão entre os Tapuiçu e os Tapajó. Está claro que eles estavam envolvidos em comércio nesta época. Seriam eles parte da rede multiétnica centrada em torno dos Tapajó? Teria a rede se desintegrado antes da chegada dos europeus, como afirma Roosevelt? Ou estaria em processo de desintegração? Claramente, as pessoas envolvidas no sistema regional eram capazes de se comunicar efetivamente, compartilhavam uma língua e muito provavelmente uma série de outras características culturais e rituais, tornando-as facilmente reconhecíveis umas às outras – além do famoso uso de flechas mortíferas. Talvez ainda fizessem parte da mesma comunidade política, subordinados a um chefe soberano. Seus nomes semelhantes sugerem essa conexão. A forma como os Tapuiçu enviaram os portugueses aos Tapajó parece ser como se eles estivessem se referindo a uma entidade maior e mais importante e não a um grupo qualquer rio acima. É como se eles dissessem: “vejam, estes são nossos mestres, eles têm escravos e trocam bens de prestígio. Nós somos insignificantes, não percam seu tempo conosco.” Por fim, há o detalhe delicioso de que os Tapajó já haviam sido informados da chegada iminente da expedição colonial. Se o mensageiro viajou por terra ou pela água, não sabemos.

Outro tema está claro: os portugueses, num estágio inicial de sua presença colonial, seguiram as linhas de contato ameríndias. O fato de que os Tapuiçu aconselharam os portugueses a ir a outros lugares e o fato de que eles seguiram a recomendação indicam que não havia nada de novo neste tipo de colaboração. Essas alianças eram responsáveis por manter muitas das atividades portuguesas no início do século XVII. Seu número infinitamente inferior significava que eles dependiam de rotas de comunicação existentes entre os ameríndios. De fato, os limites dessas

relações provavelmente deviam seguir as alianças e discórdias locais. O uso do termo tapuia para qualificar o tipo de escravo que os portugueses desejavam é significativo neste caso. O termo possuía múltiplos significados na época, de “não Tupi” a “escravo”. O fato de Teixeira ter ido aos Tapajó em busca de “escravos tapuias” é evidência que um povo não Tupi ocupava a região. A isso, soma-se a morte do intérprete pelos Tapuiçu, que seria improvável caso eles falassem Tupi ou língua geral.

Esses comentários sobre as relações ameríndias sendo seguidas pelos portugueses não são originais (ver Ibanez Bonillo, 2015). Sua importância está na maneira pela qual eles indicam a participação ativa dos ameríndios em direcionar a presença portuguesa na Amazônia. Esses direcionamentos mudaram com o tempo, conforme os interesses evoluíam e outras relações se transformavam. Lentamente os oficiais portugueses e os missionários se tornaram capazes de reduzir as relações de longa distância que estavam fora de seu controle. Ligada às diferentes reações dos índios amazônicos à presença europeia nesse período está a forma como alguns grupos indígenas auxiliaram os portugueses em suas expedições punitivas. Isso é conhecido como “recrutamento étnico” (*ethnic soldiering*) e já foi comentado por outros (Whitehead, 1990), especialmente em relação aos Mundurucu durante a Cabanagem (Hemming, 1987).

Após esse episódio no final da década de 1620, os índios tapajó rejeitaram contatos posteriores com os portugueses (Heriarte, 1874). Cristóbal de Acuña narrou um caso em que os Tapajó foram ludibriados por Benito Maciel (filho de Maciel Parente) para deporem suas armas, em algum momento no início da década de 1630. Ao fazerem isso, os guerreiros foram presos, as mulheres foram estupradas e suas malocas pilhadas e incendiadas (Acuña, 1859: 124-26 [original de 1641]). Maurício Heriarte, um dos companheiros de viagem de Acuña e Teixeira e que escreveu notas sobre a Amazônia em 1662, outra fonte importante, comentou que os Tapajó se isolaram afastando-se da foz do Tapajós, pois

não queriam fazer comércio e também para escapar das crueldades intensas a que foram submetidos (“pella terra dentro”, em outras palavras, penetraram nas “florestas”, Heriarte, 1874: 35) Essa retirada durou até a fundação das missões jesuítas ao longo do rio Amazonas no final dos anos 1650.

Não há razões para desconsiderar a observação feita por Heriarte de que os Tapajó (alguns, pelo menos) abandonaram o local altamente visível na beira do rio na foz do Tapajós e mudaram-se para uma posição mais segura. Evidentemente um passo estratégico e defensivo que possibilitou que eles se regenerassem e se reagrupassem. Ainda assim, esse reposicionamento deve ter envolvido milhares de pessoas. Podemos presumir que a aldeia na foz do Tapajós devia ser uma parte do total de seus arranjos residenciais. Por sua vez, a mudança para o interior, rio acima, provavelmente deve ter impactado outros grupos da região direta ou indiretamente. Eles podem ter se sentido ameaçados ou seguros com a migração. Meu argumento é que um novo grupo de atores, os europeus, tornaram-se competidores numa rede regional que se estendia ao longo das margens do Amazonas, incluindo os rios afluentes e as áreas interfluviais – e essa rede de relações foi transformada e reconfigurada como resultado.

Heriarte produziu outro relato curioso e relacionado. Na margem esquerda do Amazonas, entre os rios Negro e Trombetas, vivia um grupo chamado Aruaque (Heriarte, 1874: 45; Arawak na ortografia contemporânea). Na época, eles costumavam guerrear com as nações da margem direita, ao sul. Como veremos adiante, o autor poderia estar se referindo a atos específicos de vingança que eles praticavam contra a nação tapajó no início dos anos 1660. Mas é mais provável que ele estivesse indicando uma guerra entre os povos ribeirinhos de ambas as margens que coincidiu com a chegada dos europeus e esta teria sido então uma luta pelo controle do próprio rio. As duas nações eram as maiores entre

os povos ribeirinhos do Baixo Amazonas. Eles pareciam compartilhar o mesmo tipo de organização política – aldeias lideradas por um chefe local que estava ligado a um chefe soberano. Suas cerimônias de iniciação de guerreiros eram semelhantes, segundo Bettendorff (1990: 209-11) e Heriarte (1874). Se, antes da Conquista, a nação tapajó era a parte mais meridional de um extenso sistema de trocas no eixo norte-sul que se estendia até a costa caribenha, suas relações interétnicas eram, de certo modo, antigas. Em resumo, antes da década de 1650, os Aruaque estavam na posição ofensiva e os Tapajó na defensiva.

Com a segunda chegada dos jesuítas, essa situação mudou. Os jesuítas já haviam se estabelecido na região sob a liderança de Luís Figueira nos anos 1630, mas ainda eram uma presença fraca. A partir de 1654, sob a liderança de Antonio Vieira, eles passaram a dominar as políticas coloniais e indigenistas. Mesmo que não houvesse mais do que oito missionários ativos ao longo do rio Amazonas na segunda metade do século XVII, eles trabalharam incansavelmente para construir aldeamentos, fazer com que os índios se aldeassem, para que pudessem pregar a fé cristã.⁷ Conforme os jesuítas moveram-se rio acima, acompanhados tanto por uma tropa de resgate (caçadores de escravos) como por pequenos grupos de soldados portugueses e brasileiros, eles se tornaram um outro grupo significativo de atores na criação da zona tribal e na reconfiguração das relações ameríndias. Com o desenrolar dos eventos, seu impacto foi menos significativo na margem esquerda, ao norte, do que na margem direita, ao sul, particularmente ao longo dos rios Xingu, Tapajós e Madeira. Isso pode ter sido devido ao predomínio de povos de língua Tupi e, portanto, de língua geral na margem direita, com exceção da foz do Tapajós, e sua ausência nas outras áreas.

Contudo, a primeira missão fundada no Baixo Amazonas foi estabelecida por dois jesuítas, Manoel Pires e Francisco Veloso em 1660 entre os Aruaque localizados próximos à foz do rio Urubu. Nos anos

anteriores, eles supervisionaram a retirada de aproximadamente mil e duzentos escravos do interior. Da mesma maneira que os portugueses haviam tido esperanças com os Tapajó na década de 1620, esses escravos devem ter sido providenciados pelos Aruaque a partir de sua rede regional. A missão do rio Urubu falhou em se desenvolver, em parte devido aos problemas que os jesuítas enfrentavam com os colonizadores em Belém – e foi reestabelecida mais tarde pela ordem dos Mercedários no início do século XVIII (Cedeam, 1983; Sweet, 1974).

Os jesuítas tiveram mais sucesso na foz do Tapajós. Antonio Vieira visitou partes do Baixo Amazonas em 1659 com o capitão Manuel David de Souto Maior como seu protetor. Na foz do Tapajós, ele encontrou índios de diversas tribos, indicando que os Tapajó, entre outros povos, haviam retornado às margens do rio, provavelmente em pequenos grupos. Ao final do mês de maio de 1661, Gaspar Misch, um novo recruta luxemburguês e recém-chegado de Lisboa viajou rio acima e, ao chegar no Tapajós, escreveu que:

Topasium é uma vila antiga, cujos habitantes falam diferentes línguas. Aqueles que [são conhecidos?] na vila [e] são mais bem nascidos que o resto vivem da pesca; o resto vive da caça e agricultura.⁸

No seu encalço, um mês mais tarde, o missionário João Felipe Bettendorff fez uma parada acompanhado do noviço Sebastião Teixeira, um missionário, e João Correa, um soldado postado no rio Xingu e que servia de intérprete – e um aldeamento missionário foi fundado. Teixeira deixaria os jesuítas alguns anos mais tarde para se casar com uma nobre tapajó (Bettendorf, 1990: 341). Correa foi bem recebido pelos índios nessa época como uma espécie de cunhado (*atoassana*, cf. Bettendorf, 1990: 164) – logo, ele obviamente tinha boas relações com eles, possivelmente de longo prazo, embora não comesse da comida deles, com

medo de envenenamento. Entre outras atividades, Bettendorf ofereceu aos índios um longo sermão sobre o pecado do adultério, ao que os índios responderam que eles também consideravam o adultério errado e jogavam as mulheres culpadas no rio para que se afogassem.⁹

Seria o retorno dos Tapajó à foz do rio decorrente de um novo desejo de manter boas relações com os jesuítas ou com os portugueses, ou ambos? Teriam eles se sentido ameaçados pelas aparentes boas relações que seus inimigos, os Aruaque, mantinham com os europeus? Não há evidências suficientes que nos ajudem a responder tais perguntas. O que pode ser dito é que sua nova inserção reposicionou os Tapajó como uma das nações mais importantes do rio Amazonas em 1661. Do ponto de vista jesuíta, a preeminência dos Tapajó ajudou a tornar a missão uma das maiores e mais bem sucedidas de toda a Amazônia. Mas o sucesso dos jesuítas teve como preço a organização coletiva política e ritual do povo tapajó. Os jesuítas deslegitimaram a posição dos líderes e destruíram os objetos rituais que davam sustentação ao seu poder e à sua autoridade. Essa “redução” não teria acontecido, entretanto, se os Tapajó não tivessem sofrido ataques dos Aruaque nesse período crítico.

A guerra contra os Aruaque chegou a seu auge no início dos anos 1660. David Sweet produziu uma etno-história sobre o lado aruaque, relacionada ao seu declínio no final do século XVII e mencionando apenas brevemente o elemento tapajó ao longo da narrativa (1974: 288-337). Neste estudo, eu pretendo compreender a rivalidade entre eles como um grande rearranjo do sistema regional que o dividiu e deslocou cada um dos lados às margens, aos lagos e às florestas no interior, deixando o trecho principal do rio Amazonas relativamente seguro para o tráfego europeu – embora nunca de maneira completa, vejam-se, por exemplo, os ataques dos Mura nos anos 1730 (Oliveira, 1986).

Em 1662-3 uma epidemia de varíola matou um grande número de ameríndios escravizados, que trabalhavam na região das cidades de

Belém e São Luís.¹⁰ Precisando de mais trabalhadores para substituir os mortos, uma tropa de resgate comandada por Antônio Arnau de Vilela partiu em meados de 1663. Eles pararam na missão do Tapajós, obtiveram provisões, possivelmente recrutaram soldados indígenas e partiram para o rio Madeira. Uma vez no Madeira, eles temeram os índios e voltaram ao Amazonas e às zonas de contato anteriores perto da missão do Urubu no lago Saracá. Os líderes arawak eram chamados de Caboquena e Guanavena e deles foram exigidos escravos. O relato que segue não é de uma testemunha ocular, mas de um missionário jesuíta que havia trabalhado na região nos anos anteriores e a conhecia muito bem.

(...) Aos portugueses restavam tão poucos escravos que, para recuperar suas perdas, eles decidiram partir em novas expedições totalmente equipadas ao rio Amazonas. Para comandá-las, eles escolheram um homem de energia incansável e pronto a se arriscar, alguém que também fora o líder da rebelião, Antônio Arnau de Villela. Enquanto se dedicava, com mais ganância do que deveria, ao negócio da captura de escravos, ele foi morto por nativos. (...) Além dele, outros sete (...) foram capturados em uma armadilha e comidos durante as danças rituais dos vivos. Eles mal tinham entrado no território dos *Aroiquisii* [Latim, Arawak em português] – estes eram povos que habitavam o rio Amazonas – quando os índios enganaram os portugueses com promessas e os convidaram para dentro de seu território, prometendo-lhes tantos escravos quanto pudessem capturar, já que sabiam que [os portugueses] estavam muito ansiosos em obtê-los. Então, confiando naqueles que estavam os enganando, [os portugueses] projetaram um acampamento ribeirinho e o fortificaram com obras defensivas, que eram rapidamente erigidas, nos casos de ataques antecipados dos nativos. E realmente os nativos apareceram na hora marcada, trazendo consigo, para tornar sua história convincente, um bando de escravos com as mãos amarradas por trás. Logo, sua entrada foi rapidamente permitida pelos guardas do acampamento e eles foram levados

à tenda do chefe. [Villela] foi alertado por uma jovem escrava enquanto ele ainda estava acordando e imediatamente pegou em armas ante o inesperado ataque dos nativos. “Fique quieta! Pare de chorar, querida”, [ele disse]. “Minha arma é poderosa o suficiente para controlar todos nessas área”. No meio de sua fala, os *Aroiquisii* agarram-no, atingiram sua cabeça com seus *fucasari*, o nome que os brasileiros dão às suas lanças de pau, e mataram-no. Depois disso, eles continuaram a matança e muitos portugueses consideraram a fuga, até que um ou dois deles, mais dispostos a combater, os convocaram a pegar em armas e os *Aroiquisii* foram expulsos dos muros por repetidos tiros de canhão.

Houve diversas discussões após o ocorrido e foi debatido se era possível e razoável dar início a uma guerra contra o *Aroiquisii* para se vingar do mal que eles haviam cometido contra os portugueses. Mesmo que os padres de nossa Sociedade possam declarar que seja possível pensar que aos nativos foi dado um motivo para a tentativa de cometer essa atrocidade, e mesmo que o Decreto Real impeça qualquer tentativa de ataque armado contra essas tribos sem a permissão prévia da Coroa, não obstante, o Governador, sob pressão de seu conselho de guerra e atiçado pelo desejo de extirpar a desgraça ou por uma cobiça intensa por escravos, deslocou sua frota e ordenou um ataque aos nativos. Suas terras foram arrasadas, os assassinos foram presos e os *Aroiquisii* de ambos os sexos e todas as idade, que ele havia poupado do massacre, foram escravizados.¹¹

O relato de Gaspar Misch a seu superior em Luxemburgo foi escrito em julho de 1665. O ataque revanchista dos portugueses pela morte de Villela e os outros em 1663 foi conduzido no final do ano de 1664. A história de Misch difere em alguns aspectos daquela que Sweet reuniu a partir de outras fontes escritas muito depois do ocorrido – a *Crônica* de Bettendorf e os *Anais Históricos* de Berredo. Mesmo assim, ofereço-a como um complemento a essas. Um detalhe importante está faltando

na carta de Misch – e trata-se de uma parte significativa da história. Após a expedição de Villela, os Aruaque lançaram um ataque contra áreas da margem sul e especialmente contra os Tapajó. Talvez eles estivessem se vingando do fato de que os Tapajó haviam prestado ajuda a Villela. Sweet diz que os Arawak deram início a uma violência antieuropéia (Sweet, 1974: 293-4)¹² – os Mundurucu fizeram o mesmo um século mais tarde nos aldeamentos coloniais no Baixo Tapajós (Santos, 2002). Como resultado, os Tapajó foram forçados a deixar a missão e retornar para as florestas (Bettendorf, 1990: 234-236). Novamente há um movimento de afastamento das margens fluviais visíveis em direção a uma localização mais defensiva. Porém, os Tapajó voltaram à missão ribeirinha após a expedição decisiva de 1664, conduzida por Pedro de Costa Favela, outro experiente traficante de escravos e herói de guerra.

Os Aruaque foram submetidos a outras expedições escravistas nas décadas seguintes. De fato, os jesuítas consideravam que eles sofriam mais do que outros de escravidão e doenças (Bettendorf, 1990: 232-36). Entretanto, segundo Sweet, o ataque vingativo de 1664 cometido por Favela não teve tanto impacto como se afirmou. Apesar da afirmação de Misch de que homens e mulheres aruaque de todas as idades tenham sido escravizados, Bettendorf escreve que trezentos escravos, de fato, foram capturados e levados a Belém. Deste modo, Sweet defende de maneira correta, eu penso, de acordo com o exemplo citado, que nós devemos evitar uma “excessiva simplificação enganadora sobre o processo de despovoamento, que na década de 1660 já estava em curso no [Baixo] Amazonas Central, como vimos” (Sweet, 1974: 298). Dito de outra forma, a reconfiguração dos grupos étnicos ameríndios, seus movimentos, era parte do despovoamento das margens e da criação da zona tribal no interior. A morte por doenças e guerras foi um elemento neste processo. Também o foi a debandada das margens em direção à floresta, onde os índios não podiam ser contados e permaneciam fora da vista colonial.

Em suma: anteriormente ligados em uma rede comercial de longa distância, os Tapajó e os Aruaque vieram a se envolver em uma guerra uns contra os outros. Uma guerra pelo controle implícito do rio e o acesso privilegiado aos bens europeus e posições de autoridade, que eles tinham esperanças de conquistar nesse período. Como decorrência, ambos os grupos encontravam-se enfraquecidos em meados dos anos 1660. Sua influência estava limitada à vizinhança das aldeias perto do tronco principal do Amazonas. O rio tornou-se uma espécie de fronteira étnica (ou de zona tribal), mas também era o principal recurso com que os portugueses eram capazes de lutar.

A parte final da história refere-se aos efeitos internos dessa reterritorialização nas dinâmicas em mudança das relações interétnicas. Aqui podemos ver como esses eventos afetaram a natureza da liderança e da organização política. A evidência é que a nação tapajó estava fortemente conectada a outras nações menores. Embora tenha existido uma relação hierárquica, é improvável, segundo Roosevelt e outros, que houvesse uma relação política centralizada. Os Tapajó eram, eles próprios, estratificados, com uma classe de nobres provavelmente endogâmica. Pessoas comuns pagavam tributo, embora seja improvável que os não Tapajó o fizessem. Na época em que a missão foi criada, a liderança já havia sido muito enfraquecida, após os ataques externos e as movimentações para dentro e para fora da floresta. Em 1661, uma das lideranças tapajó era uma mulher que havia sido batizada de Maria e recebido o nome *moaçara* para designar uma alta posição hierárquica. Os índios tapajó costumavam escolher, além de seus líderes comuns, uma mulher como um outro tipo de chefe. O cargo estava ligado à posição de oráculo, isto é, um tipo de profeta que conta o futuro (Bettendorff, 1990: 172). Em outras palavras, sua posição e sua autoridade eram diferentes dos líderes masculinos e ligadas aos rituais, às cerimônias e aos ancestrais, como veremos adiante.¹³ Após sua morte em 1678, não há nenhum outro

indicativo que tenha existido alguma mulher ocupando a posição de liderança entre os Tapajó, mas um visitante jesuíta afirmou que uma nação vizinha tinha uma chefe mulher no início do século XVIII.¹⁴

Quando Bettendorf chegou pela primeira vez à aldeia ribeirinha, ele foi recebido com grande festa por cinco homens principais de diversas nações ameríndias que falavam diferentes línguas. Com eles, estavam suas esposas e filhos, que fizeram oferendas, *putabas*. No dia seguinte, outros chefes vieram do interior trazendo mais presentes na forma de comida e produtos artesanais. Aparentemente, eles pediram que a santa cruz fosse erguida e que uma igreja fosse construída. Porém, após pouco tempo, Maria Moaçara chegou e tomou para si a liderança geral da missão, ou era, pelo menos, a figura principal de autoridade com quem Bettendorf e Misch lidavam. Por esta razão, e talvez devido à atração que eles sentiam por sua natureza exótica, muita informação foi escrita sobre ela. Segundo seus relatos, ela era certamente uma pessoa atraente, que quando encontrou Bettendorf pela segunda vez, em 1669, trajava um vestido português e um lindo colar que o governador Rui Vaz de Siqueira lhe dera em uma visita a sua aldeia (Bettendorff, 1990: 261).

Em 1661, ela casou-se com um nobre como ela, um chefe (principal) chamado Roque que dentro de um ano estava morto. Logo, quando Misch cruzou a região em 1662, ele notou que a “chefe dos Tapajó é uma mãe viúva, ainda no auge da vida, e quando nós a incentivamos a casar-se [novamente], ela respondeu: ‘Padre, onde encontrarei alguém tão bem nascido quanto eu?’”. Ela casou-se novamente em torno de nove anos depois com um eminente soldado português, Rafael Gonçalves, que havia conquistado reconhecimento militar importante, apesar de não sabermos o porquê.¹⁵

Durante as festas de casamento, o missionário Pedro Consalvi encontrou algumas relíquias ancestrais, múmias, em uma casa ritual (ou assim relatou Bettendorf a seu superior em Évora). Após muito debater

com Maria, seu esposo português e outros chefes, eles decidiram destruir a casa e queimar as múmias. Há o relato de Maria ter justificado o ato dizendo: “Eu sou christam, e quero que os meus vassallos todos adorem hum só Deos; ainda que isto não seja mais que huma cerimonia exterior por memoria dos nossos antigos progenitores”.¹⁶

De fato, não está totalmente claro se as múmias foram realmente obliteradas, pois há inúmeros relatos posteriores de sua existência. Todavia, a decisão (ou admissão) foi uma jogada bastante errada da Princesa Maria, como Bettendorf a chamava. Seu povo desejava manter o culto aos ancestrais. Ela foi vista como tendo se vendido aos missionários e fazendo concessões demais. Além disso, como uma líder cuja autoridade era baseada no poder ritual, ela estava enfraquecendo sua própria legitimidade do ponto de vista de seu povo – e seu status não seria mantido, tornando-se cristã e trocando suas alianças. Seu povo sabia que os missionários não iriam pôr fim à escravidão e aos ataques de outras nações ameríndias.

Vimos anteriormente como o tecido social e político dos Tapajó foi enfraquecido pela guerra com seus vizinhos da margem oposta do Amazonas. As tensões e divisões internas – em relação às estratégias para lidar com os missionários e outros índios – rebentaram por volta da época do segundo casamento de Maria e provavelmente estiveram ligadas a esse evento – dado o tipo de pessoa com que ela se casou. Por volta de 1669, a missão foi ameaçada por um valente guerreiro tapajó bastante conhecido por Bettendorf, que havia batizado sua esposa (Agnes) e abençoado seu casamento. Em poucas palavras, ambos os grupos tapajós tinham sido expostos às pregações dos missionários, mas somente Maria morava na missão nessa época. Ela buscou o conselho de Bettendorf durante a segunda visita do missionário para encontrar modos de lidar com essa ameaça. Ele recomendou que Maria buscasse ajuda de uma nação vizinha – os Arapuim do outro lado da foz do Tapajós – oferecendo-lhes

cachaça, dada pelo missionário. A estratégia foi bem sucedida e Bettendorf relatou com orgulho: o guerreiro e seus soldados desistiram do ataque ante a oposição e voltaram à missão, o que deu a vitória à princesa.¹⁷

No ano de 1678, Maria havia morrido (Leite 1943 [vol. 3]: 360; Bettendorff 1990: 341) e mais uma vez não sabemos a causa. Entretanto o destino de um de seus parentes indica novas tensões irreparáveis. Uma parente jovem de Maria tinha esperanças de sucedê-la na posição de chefe-oráculo. Ela se casou com Sebastião Teixeira, um ex-colega mais jovem de Bettendorf e que conhecia bem a região. O casamento não foi aprovado pelos outros nobres, o que fez com que eles tivessem que viver em outro lugar. O casal não foi feliz após sua exclusão e tinha dificuldades de sobreviver. A mulher adoeceu e faleceu. Teixeira buscou ajuda dos índios da missão, mas temia que fosse envenenado caso comesse de sua comida. Ele também definhou lentamente em uma triste morte (Bettendorff, 1990: 341-2; ver também Leite, 1943 (vol. 3): 270), possivelmente envenenado.

O declínio da nação tapajó já estava em curso há algum tempo. Esse episódio marcou, sem dúvidas, o fim dessa comunidade política com ligações distantes com o norte. Enquanto uma missão, comentou-se sobre ela frequentemente, pelo menos até a expulsão dos jesuítas, em 1757. Restaram algumas múmias, mas essa é outra história. A organização política hierárquica formada em torno da nobreza hereditária e seus guerreiros era muito rígida para se adaptar às novas forças vindas dos missionários, dos colonizadores europeus e dos ataques de nações indígenas que também tinham interesse em se aproveitar das vantagens que a localização na foz do Tapajós oferecia. Os Tapajó, como os Aruaque, tornaram-se um grupo entre vários outros ao final do século XVII. Sua queda foi ainda maior, ao que parece, o que torna sua história ainda mais marcante. Isso não significa dizer que os Tapajó desapareceram ou se extinguíram – eles se permitiram ser renomeados.

Escrevendo do ponto de vista missionário, o historiador Matthias Kiemman argumentou que o período entre 1663 e 1680 foi anárquico no Amazonas (ver também Acevedo, 1901) porque o controle das expedições escravistas estava nas mãos do governo, ou mais precisamente nas mãos dos colonizadores desesperados por escravos (Kiemman, 1954: 118). Isso significa que as ordens religiosas possuíam pouco controle sobre a conduta dos resgates dos índios. Se os missionários realmente diminuíssem a ânsia por escravizar, permanece uma pergunta em aberto. Mas há o indício de que após a epidemia de varíola no início da década de 1660, a busca por escravos no Baixo Amazonas e no Rio Negro ocorreu em um ambiente altamente conflituoso e desregulado. As grandes federações que já estavam em declínio foram incapazes de se recuperar desse período. Consequentemente, o domínio europeu sobre o rio Amazonas e suas margens esteve ainda mais assegurado. Entretanto, ainda se tratava de um controle frágil, pois as florestas, os rios e os afluentes nas vizinhanças das missões, plantações e fortes ribeirinhos eram uma esfera volátil de atividade ameríndia.

Em 1681, outro missionário jesuíta, Pedro Pedrosa, passou pela missão Tapajós e escreveu:

Entres este applausos se levantám novas Igrejas, se reparám as arruinadas, se arvoráo muitas cruces, e isto não so entre as nações que tinháo pares e comercio com os Portugueses, se não tambem nas que eráo inimigas declaradas, como a dos Tacoanhapès no rio Aritù, a dos Arapiuns na outra parte do Rio dos Tapajòs. A dos Tapajòs, Cauanas, todas tão respeitadas, e temidas dos brancos pellas frechas ervadas de que usáo. O principal destes Tapajòs e Cauanas por nome Matapania, a minha instancia derceo a ouvir as Leys de Vossa Alteza; e logo em minha presença elegeo sitio sobre o rio em que me prometeo fazer húa populosa povoação, q importará muito pasa se descubrir aquelle famoso e sobre todos agrasivel rio, ate agora não entrado, no qual temos grandes indicios que vivem as celebradas, e encantadas Amazonas.¹⁸

No período seguinte a 1680, as nações estavam em paz, mas outras queriam a guerra. Dez anos antes, o povo Arapium estava disposto a ajudar os Tapajó, amigos dos portugueses. Agora queriam manter distância do mundo colonial, possivelmente para evitar o tipo de problema que eles viram acontecer com a nação tapajó. Dessa forma, as coisas seguiram na zona tribal – reconfigurações das relações étnicas entre os povos indígenas, conforme criavam suas próprias estratégias ante as ameaças de múltiplos atores europeus e ameríndios.

Sequência

Como comentado acima, David Sweet argumentou que o número de escravos capturados por Favela em 1664 era de uma proporção relativamente pequena em relação ao total estimado do povo aruaque em torno do lago Saracá. Um número muito maior de pessoas sobreviveu e reagrupou-se longe de suas velhas casas e das habitações ribeirinhas à vista no lado norte da recém formada zona tribal. A existência da zona tribal ao sul também pode ser vista em números da região do Tapajós. Em 1719, um número estimado de 35.000 índios vivia ao longo do rio Tapajós e na mata ao redor.¹⁹ Embora não esteja claro como esse número tenha sido calculado, provavelmente foi baseado na soma das aldeias relatadas pelos chefes indígenas e outras pessoas nas missões. Em outras palavras, todos os lugares estavam em contato indireto com o mundo colonial, fora de seu alcance, mas sob seu olhar. Em contraste, em 1730 havia apenas 739 índios de diversas etnicidades na missão do Tapajós.²⁰

Embora os portugueses fossem capazes de ter alguma vantagem ao terem estabelecido missões e fortes, eles estavam longe de manter o controle. Na esteira da expedição de contra-ataque de Favela em 1664, os Aruaque continuaram seus próprios atos de vingança contra os brancos

e outras nações indígenas. Embora os Aruaque tenham se afastado das margens mais acessíveis, eles mantinham espiões cruzando o rio à procura de soldados. Com sua vida e liberdade em risco, eles atacaram seus inimigos ferozmente. Com o passar do tempo, esse tipo de fluidez de movimento foi reduzido, pelo menos em relação às antigas nações existentes desde a época da Conquista. Novas nações, emergindo de mudanças das relações étnicas na zona tribal, avançavam. No Baixo Amazonas, elas incluíam os Mundurucu, os Maué, os Mura e os Manaus.

Bettendorf relatou um episódio que mostra a forma pela qual os Aruaque se vingaram (1990: 336). Um missionário carmelita, amigo dos jesuítas em Belém, organizou uma tropa de resgate com vinte soldados e duzentos índios doados pelo Governador. Eles viajaram rio acima pelo Amazonas e, após algumas lutas, capturaram quinhentos índios de ambos os sexos, apesar de não estar claro exatamente de qual lugar. Em sua viagem de volta a Belém, os índios se insurgiram contra seus sequestradores e os aprisionaram. Alguns índios escaparam remando de volta. Esses foram logo seguidos pelo missionário, mas estavam fugindo muito rápido para que pudessem ser capturados. Ele estava com tanta raiva que anunciou a qualquer um que pudesse ouvir que, a partir daquele momento, todos os índios ao longo do rio eram escravos em potencial. Aparentemente esse discurso foi tão chocante que até mesmo os colonos não puderam acreditar nisso. Ouvindo esse insulto e vendo que ele estava desprevenido, uma velha índia foi até ele com um tição de fogo em mãos. Na frente de todos, ela acertou o missionário com tamanha força que parecia que estava sendo conduzida por outra mão. Ele caiu, incapaz de falar e morreu no mesmo lugar. Com esse ato, os índios foram capazes de derrubar o único soldado, que nadou para as margens. Eles jogaram o corpo do missionário em uma praia deserta e foram embora. A canoa voltou à sua aldeia com a velha como sua chefe, segurando a tocha em mãos, enquanto os índios desapareciam rio acima.

Além de ser interessante em si, a história é um indicativo das estratégias que os povos indígenas recém-reconstituídos estavam desenvolvendo para rechaçar demandas indesejadas. Por exemplo, a mulher assumiu uma posição de liderança, ou talvez retomou uma que já tinha. Essas experiências ajudaram os índios a criar maneiras de combater seu novo inimigo. E em alguns casos, essas estratégias eram tão ofensivas como defensivas. Por exemplo, os Mundurucu no século XVIII tentaram uma política de terra arrasada contra as aldeias e fazendas coloniais no Baixo Tapajós (Santos, 2002). Os Mura operavam mais furtivamente e disfarçados, matando sentinelas que vigiavam as munições e armazéns e levando tudo o que conseguiam carregar (Harris, 2010). Essas nações indígenas não eram conhecidas na época da Conquista e provavelmente se formaram a partir dos processos internos das zonas tribais. Essas nações avançaram com o intuito de combater os europeus e exercer seu domínio nesses locais, mas também para repelir as incursões de expedições escravistas em seus territórios. As missões se tornaram a ponta desse *iceberg* interétnico, mas seu centro estava longe, a uma distância segura dentro das florestas e nos rios. Cabe ressaltar a maneira pela qual grupos, especialmente os Mura, obtinham reforços demográficos das missões e aldeias coloniais sequestrando ou absorvendo os fugitivos (Roller, 2014: 122-23).

Os portugueses continuariam a escravizar mais índios e construir novos assentamentos, porque tinham aliados entre algumas nações indígenas, além de um poder de fogo devastador. E eles avançaram cada vez mais adiante pelos afluentes, como o Madeira e o Negro, no início do século XVIII. Apesar disso, presença e alianças frágeis não significavam domínio e controle. Essas fronteiras formaram territórios ameríndios e zonas tribais em diferentes regiões.

Teriam os Tapajó se desintegrado em diversos grupos étnicos, como foi sugerido para a comunidade política marajó antes da Conquista

(Schaan, 2013)? Acima, vimos que Whitehead reconheceu que as maiores organizações políticas foram reduzidas a bandos – insinuando que suas populações foram dizimadas, em vez de terem transformado suas identidades ou terem-nas transformadas por outros. As consequências das lutas que relatamos aqui foram a etnogênese, a formação de novos grupos em conformidade com as condições prevaletentes e o reordenamento dos territórios onde as pessoas viviam e os exploravam. Meu argumento é que as zonas tribais do Baixo Amazonas, particularmente aquelas entre os rios Tapajós e Madeira, foram formadas com o fim das organizações políticas tapajó e aruaque. Com o passar do tempo, novos grupos tiveram proeminência neste espaço. Em meados do século XVIII, os Mundurucu e os Maué, que haviam aparentemente sido inimigos, formaram uma aliança contra os portugueses e depois assinaram um tratado de paz em 1795, criando boas relações com as autoridades coloniais locais durante os cinquenta anos posteriores (Santos, 2002). No final do século XIX, os Mundurucu, Maué e Mura restavam como os maiores grupos indígenas, com diversos outros grupos menores ao seu redor. Teriam sido esses grupos parte de uma federação maior que os cronistas europeus não perceberam e que se fragmentou com guerras internas e externas? Havia algum processo complementar de amálgama étnico? Há evidências importantes que sugerem que os Mura adotavam forasteiros (Amoroso, 1992). Seremos capazes de responder a essas perguntas nos ajudará a refletir sobre os processos contemporâneos de reconhecimento da indigeneidade (Bolanos, 2010; Vaz 2010). Esses fenômenos não são novos; indivíduos e grupos têm se movido através de fronteiras em busca de novas oportunidades por séculos (Sommer, 2000; Roller, 2014).

De acordo com o Instituto Socioambiental, que monitora assuntos indígenas no Brasil, em 2012 havia 14 sociedades indígenas e 66 territórios na região do Madeira/Tapajós, demarcados ou no processo de ser identificados como pertencentes a povos indígenas (Instituto

Socioambiental, <http://ti.socioambiental.org/#!/regiao/8>). Um século atrás, o Estado e empresários privados trabalharam com o intuito de demarcar as fronteiras das áreas em que os povos indígenas viviam e trabalhavam. Agora essas fronteiras estão sendo contestadas novamente e novas fronteiras estão sendo criadas entre os mundos branco e indígena.

Tradução do inglês por Andre Sicchieri Bailão

Revisão da tradução por Marta Amoroso

Notas

- ¹ Agradeço a Peter Maxwell-Stuart pela tradução dos documentos do Latim e a Heather Roller, Silvia Espelt Bombin e Pablo Ibanez por seus comentários.
- ² Bernardo de Souza Franco [Presidente do Pará] ao Ministro Imperial de Guerra, Pará, novembro de 1839, Arquivo Público de Belém [APEP, Belém], códice 906, documento 194. Para mais informação sobre esse período, cf. Harris (2010: 271-79).
- ³ Mato, sertão e zona tribal não são termos equivalentes, embora haja alguma sobreposição dos significados. Mato e sertão são termos de referência coloniais. O sertão podia se referir tanto a todo o interior da Amazônia para além da capital da Província ou de alguma vila específica; ele é relacional. O mato é mais literal, suas fronteiras são mais fixas – a floresta nas vizinhanças de uma vila ou aldeia – e podia se estender por uma área bastante grande. Para discussões gerais, ver Sommer (2000: 174-79) e Roller (2014: 132).
- ⁴ *Arquivo Histórico Ultramarino* [AHU, Lisboa], post. 1634, Outubro 18, “Requerimento do capitão Aires de Sousa Chichorro para o rei”, documento 36. Os resgates eram vistos pelos portugueses como um resgate dos índios de suas própria selva. Havia regulamentos da Coroa sobre sua conduta e as pessoas que poderiam ser escravizadas (ver abaixo). Para o conjunto de instruções dadas ao líder de uma pequena expedição militar e a dois jesuítas em 1660, ver Charles Boxer (1965). Eu especularia que a expedição (mencionada abaixo) foi aquela de Francisco Veloso e Manuel Pires aos Aruaque na região do Baixo rio Negro e do lago Saracá.

- ⁵ Tinham os Tapuiçu ocupado as margens norte ou sul? “De la otra parte del río cabo del Norte – corre la costa a loeste hasta el río Vicente Pinzón, en altura de tres grados de la línea al Norte... Aquí se puede hacer otra Capitanía se puede extender por el río arriba, hasta la boca del río de las Amazonas, y Provincia de los Tapuyosus, comprendiendo también las Provincias de los Tucuyus y Mariguins, en que habrá cerca de duzientas leguas por el Rio arriba”. Bento Maciel Parente Memorial [1626], *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*.
- ⁶ Ver o estudo comparativo de Fernando Santos-Granero (2009) de nativos capturando e mantendo escravos em diferentes sociedades ameríndias.
- ⁷ Os principais (além de Vieira), incluindo as datas aproximadas do período em que estiveram na Amazônia, foram: Manoel Pires (1654-1665?), Francisco Veloso (1654-1679), João Felipe Bettendorff (1659-1697), Tomé Ribeiro (1654-1680?), Gaspar Misch (1659-1690?), Miguel Antunes (1664-1699), Pedro Luiz Consalvi (1663-1684), João Maria Gorzoni (1665-1697), Pedro Pedrosa (1660?-1691), Conrad Pfeil (1679-1697). Nomes e datas são baseados em Arenz (2010).
- ⁸ Gaspar Misch a seu superior em Luxemburgo, 22 de julho de 1662, *Biblioteca Royal de Bruxelles*, códice 6829-69, ff. 421-432. Transcrição e tradução por Peter Maxwell-Stuart.
- ⁹ Em 1661, Berredo escreveu que o avanço sobre o rio Negro e rio Amazonas resultou em três mil índios em missões e mil e oitocentos escravos (Berredo 1988, par. 1030 p. 254).
- ¹⁰ Gaspar Misch, Belém, ao Reverendo Padre Godefridus Otterstedt, Luxemburgo, 29 de julho de 1665, *Biblioteca Royal de Bruxelles*, códice 6829-69, ff. 441-444. Transcrição e tradução por Peter Maxwell-Stuart.
- ¹¹ Gaspar Misch, Belém, ao Reverendo Padre Godefridus Otterstedt, Luxemburgo, 29 de julho de 1665, *Biblioteca Royal de Bruxelles*, códice 6829-69, ff. 441-444. Transcrição e tradução por Peter Maxwell-Stuart.
- ¹² No relato de Sweet, o gatilho da violência foi outro. Em primeiro lugar, os Aruaque entregaram uma pequena quantidade de escravos, pelo que receberam alguns itens de troca. Mas Vilela queria mais, então atacou aldeias vizinhas e aprisionou seus habitantes.
- ¹³ É relevante notar aqui que Bettendorff diz que as mulheres tapajós comuns eram excluídas da vida ritual (1990: 170) e a cerâmica ornamental encontrada na região tinha figuras de mulheres cobrindo seus ouvidos e olhos (ver também Schaan, 2013).
- ¹⁴ Jacinto de Carvalho, [“Relação das Missões do Estado do Maranhão”], Lisboa 21 de março de 1719, *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI, Roma), Brasiliana

- 10, vol. 1, 180-208v, original em italiano. Para uma tradução para o português de algumas seções, ver Porro 2012.
- ¹⁵ João Felipe Bettendorff ao general superior em Évora, “Carta Anua 1673”, *Biblioteca Pública de Évora CXV/2-13*, fol. 372v.
- ¹⁶ João Felipe Bettendorff ao general superior em Évora, “Carta Anua 1673”, *Biblioteca Pública de Évora CXV/2-13*, fol. 372v and 372r.
- ¹⁷ João Bettendorff, “Carta Anua 1671”, f. 263r, traduzido do latim para o francês por Karl Arenz (Arenz 2010: 621).
- ¹⁸ Pedro Pedrosa, Aldea de Xingü, 8 de Março 1681, *Biblioteca Pública de Évora, CXV/2-16*, 8r-13r.
- ¹⁹ Jacinto de Carvalho, [“Relação das Missões do Estado do Maranhão”], Lisboa 21 de março de 1719, *Archivum Romanum Societatis Iesu* [ARSI], Brasiliana 10, vol. 1, 180-208v, original em italiano.
- ²⁰ Anônimo, Brasiliana 10-2, f. 338v e r, “Numerus personarum indorum pagis, qui nostris regitur de gentium in Maragnonis 1730”, *Arquivo Romanum Societatis Iesus* [ARSI].

Referências bibliográficas

- ACUNA, Cristobal de
1859 “New discovery of the great river of the Amazon, AD 1639”. In MARKHAM, Clements (org.), *Expeditions into the valley of the Amazons, 1539, 1540, 1639*. Londres, Hakluyt Society.
- AMOROSO, Marta
1992 “Corsários no Caminho Fluvial: Os Mura do Rio Madeira”. In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *História dos Índios do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARENZ, Karl Heinz
2010 *De l’Alzette à l’Amazonie: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)*. Sarrebruc, Éditions Universitaires Européennes.
- BERREDO, Bernardo Pereira de
1988 *Anais históricos do estado do Maranhão: em que se dá notícia do seu descobrimento*. Brasília, Editora Alhambra.

MARK HARRIS. SISTEMAS REGIONAIS, RELAÇÕES INTERÉTNICAS...

BETTENDORFF, João Felipe

1990 Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Belém, Cejup.

BOLANOS, Omaira

2010 “Reconstructing Indigenous Ethnicities: The Arapium and Jaraqui Peoples of the Lower Amazon, Brazil”. *Latin American Research Review*, vol. 45, n. 3: 63-86.

CEDEAM

1983 “DOCUMENTOS DE 1700: DOCUMENTOS SOBRE O PRETO JOSEPH LOPES ESPINOLA QUE FOI CATEQUISTA ENTRE OS INDIGENAS DO RIO URUBU E NA MISSÃO DA ANIBA”. *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*, Belém, Secretaria de Estado de Cultura, vol. 13: 393-401.

BOOMERT, Arie

1987 *Gifts of the Amazons: “green Stone” Pendants and Beads as Items of Ceremonial Exchange in Amazonia and the Caribbean*. St. Augustine, Trinidad and Tobago, University of the West Indies.

BOXER, Charles

1965 “Um regimento inédito sobre o resgate dos Ameríndios no Estado do Maranhão em 1660”. *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, vol. 3: 5-11.

CAVALCANTE GOMES, Denise Maria

2002 *Cerâmica arqueológica da Amazônia: vasilhas da coleção Tapajônica do MAE-USP*. São Paulo, Edusp/Fapesp /Imprensa Oficial.

D’ACEVEDO, João Lúcio

1991 [1901] Os Jesuitas no Grão Pará, suas Missões e Colonização. Belém, Secult.

Edmundson, George

1903 “The Dutch on the Amazon and Negro in the Seventeenth Century”. *English Historical Review*, vol. 18, n. 72: 642-663.

FERGUSON, Brian & WHITEHEAD, Neil (orgs.)

2000 *War in the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*. Santa Fe/New Mexico, SAR Press.

- HARRIS, Mark
2010 *Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race and Popular Culture, 1798-1840*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HECKENBERGER, Michael
2008 “Amazonian Mosaics: Identity, Interaction, and Integration in the Tropical Forest”. In SILVERMAN, Helaine & ISBELL, William (orgs.), *Handbook of South American Archaeology*. Nova York, Springer.
- HECKENBERGER, Michael, RUSSELL, J. Christian & TONEY, Joshua R.
2007 “The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: implications for biodiversity”. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, B, 362: 197–208.
- HERIARTE, Mauricio de
1874 *Descriçam do Estado do Maranhão, Para, Corupa, Rio das Amazonas*. Viena, Carlos Gerold.
- HILBERT, Peter
1968 *Archeologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas*. Berlin, Dieter Reimer Verlag.
- HORNBERG, Alf & HILL, Jonathan (orgs.)
2011 *Ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory*. Boulder, University Press of Colorado.
- IBANEZ BONILLO, Pablo
2015 “Historia de dos islas: los mitos coloniales de la Isla Brasil y la Isla Guayana. Revista”. *Memorias: Revista digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, vol. 26.
- KIEMAN, Matthias
1953. *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*. Washington, DC, Catholic Univ. of America Press.
- LEITE, Serafim
1943 *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

LORIMER, Joyce (org.)

1989 *English and Irish settlements on the River Amazon 1550-1646*. Londres, Hakluyt.

MENENDEZ, Miguel

1981/1982 “Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira”. *Revista do Museu Paulista*, n. 28: 289-388.

1992 “A Área Madeira-Tapajós: Situação de Contato e Relações entre o Colonizador e Indígena”. In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *História dos Índios do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

NEVES, Eduardo Goés

2011 “Archaeological Cultures and Past Identities in Precolonial Central Amazon”. In HORNBERG, Alf & HILL, Jonathan (orgs.), *Ethnicity in Ancient Amazonia: Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistics, and Ethnohistory*. Boulder, University of Colorado Press, pp. 31-56.

NIMUENDAJU, Curt

2004 *In Pursuit of an Amazonian Past: Archaeological researches in the Brazilian Guyana in the Amazon Region*. Etnologiska Studier, Goteborg, n. 45.

OLIVEIRA, Adelia E. (org.)

1986 *Autos da Devassa Contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-39)*. Série Fac-Símiles e Transcrições Paleográficas, Manaus, Cedeam-UFAM.

PORRO, Antonio

1992 “História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII”. In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *História dos Índios do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

1995 “Social organization and political power in the Amazon Floodplain: The Ethnohistorical Sources”. In ROOSEVELT, Anna (org.), *Amazonian Indians from Prehistory to the Present*. Tucson, University of Arizona Press, pp. 79-94.

2012 “A ‘Relação’ de Jacinto de Carvalho (1719), um texto inédito de etnografia amazônica”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 7, n. 3: 761-774.

ROLLER, Heather

2014 *Amazonian Routes Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford, Stanford University Press.

ROOSEVELT, Anna

- 1999 “The development of prehistoric complex societies: Amazonia, a tropical forest”.
In BACUS, E. A. & LUCERO, L. J. (orgs.). *Complex Polities of the Ancient Tropical World*. Washington, DC, American Anthropological Association.

SANTOS, Francisco

- 2002 *Além da Conquista: Guerras e Rebeliões Indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas.

SANTOS-GRANERO, Fernando

- 2009 *Vital Enemies: Slavery, Predation, and the Amerindian Political Economy of Life*. Austin, University of Texas Press.

SCHAAN, Denise P.

- 2013 *Sacred Geographies of Ancient Amazonia: Historical Ecology of Social Complexity*. Walnut Creek, Left Coast Press.

SOMMER, Barbara

- 2000 *Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Santa Fe/New Mexico, tese, University of New Mexico.

SWEET, David Graham

- 1974 *A Rich Realm of Nature Destroyed: The Middle Amazon Valley, 1640–1750*. Madison, tese, University of Wisconsin.

WHITEHEAD, Neil

- 1990 “Carib Ethnic Soldiering in Venezuela, the Guianas, and the Antilles, 1492-1820”. *Ethnohistory*, vol. 37, n. 4: 357-385.
- 1993 “Ethnic Transformation and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guayana, 1500-1900”. *L'Homme*, 33, 126-128, pp. 285-305.
- 2000 “Tribes Make States and States Make Tribes: Warfare and the Creation of Colonial Tribes and States in Northeastern South America”. In FERGUSON, Brian & WHITEHEAD, Neil (orgs.). *War in the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*. Santa Fe/New Mexico, School of American Research Press.

VAZ, Florêncio Almeida

- 2010 *A Emergência Étnica de Povos Indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia*. Salvador, tese, UFBA.

**Regional Systems, Interethnic Relations and Territorial Movements –
the Tapajó and Beyond in Amerindian History**

ABSTRACT: This article considers the making of a complex Amerindian territory in the Lower Amazon in the late seventeenth century. This territory, the Madeira/Tapajós region, can be seen as a tribal zone, outside of direct contact with colonial society, but nevertheless connected to it. A war between the Tapajó (south shore, around mouth of the Tapajós River) and Aruaquis (north shore around Lake Saraca) polity that had been on going for most of the seventeenth century came to a head in the early 1660s. With European involvement the war ended with the consequence that the collective potential of both polities were much reduced. By considering the relations of alliance and combat this article confronts the internal and external transformations in the Lower Amazon, focusing on the Tapajó nation. Did this once great people break up into different ethnicities, which then regrouped in the tribal zone, or did it become smaller and less powerful?

KEYWORDS: Tribal Zone, Ethnogenesis, Ethnohistory, Tapajó, Aruaquis, Arawak.

Recebido em outubro de 2014. Aceito em dezembro de 2014.